

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Abreviaturas e Siglas Usadas</i>	XXIX
---	------

PARTE I

Capítulo I – Conceito de Consumidor e de Fornecedor	3
1.1. Histórico do Código de Defesa do Consumidor	3
1.2. Direito intertemporal	5
1.3. Conceito de consumidor	5
I. Introdução.....	5
II. Teoria finalista	6
III. Teoria maximalista.....	7
IV. Teoria do finalismo aprofundado	8
V. Posição atual do STJ	9
VI. Vulnerabilidade × hipossuficiência	11
1.4. A pessoa jurídica como consumidor	12
1.5. Consumidor por equiparação.....	15
I. Consumidor padrão e consumidor por equiparação.....	15
II. Equiparação pelo art. 2º, parágrafo único, do CDC.....	15
III. Equiparação pelo art. 17 do CDC	15
IV. Equiparação pelo art. 29 do CDC.....	19
1.6. Conceito de fornecedor	20
I. Fornecedor equiparado	21
1.7. Consumidor e fornecedor nos países da União Europeia.....	22
Capítulo II – Política Nacional de Relações de Consumo	27
2.1. Política Nacional de Relações de Consumo	27
2.2. Princípios constitucionais de defesa do consumidor.....	29
I. Princípio da dignidade da pessoa humana.....	29
II. Princípio da liberdade	30
III. Princípio da isonomia	31
IV. Princípio da publicidade	31

2.3.	Princípios do Código de Defesa do Consumidor	32
I.	Vulnerabilidade do consumidor e a ação governamental	32
I.1.	Vulnerabilidade do consumidor e o superendividamento	34
I.2.	A Lei do Superendividamento.....	35
I.3.	O endividamento e o dever de mitigar o dano.....	36
I.4.	A hipervulnerabilidade do consumidor idoso	38
II.	Harmonização dos interesses dos consumidores e fornecedores e compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico.....	40
III.	Educação e informação dos sujeitos da relação de consumo quanto aos seus direitos e deveres	42
IV.	Controle de qualidade e segurança de produtos e serviços	42
V.	Meios alternativos de solução de conflitos	42
VI.	Coibição e repressão de abusos praticados no mercado de consumo...	46
VII.	Racionalização e melhoria dos serviços públicos	47
VIII.	Estudo constante das modificações do mercado de consumo.....	47
2.4.	O CDC visto como “lei principiológica”	47
2.5.	Direito europeu.....	49
Capítulo III – Direitos Básicos do Consumidor.....		51
3.1.	Direitos básicos do consumidor	51
3.2.	Proteção da vida, saúde e segurança	52
3.3.	Educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos ou serviços. Liberdade de escolha	53
3.4.	Informação adequada e clara sobre os produtos e serviços.....	53
3.5.	Proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, bem como contra práticas abusivas	61
3.6.	Proteção contra cláusulas abusivas.....	62
3.7.	Prevenção e reparação de danos individuais, coletivos e difusos. Acesso aos órgãos judiciais e administrativos.....	64
3.8.	Facilitação da defesa dos direitos do consumidor.....	65
3.9.	Adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral	66
3.9.1.	Qualidade da prestação a cargo de concessionária de serviço público	67
3.10.	Proteção do consumidor contra a cobrança indevida	69

PARTE II

Capítulo I – Responsabilidade Civil		73
1.1.	O sistema protetivo do consumidor, em matéria de responsabilidade civil	73

I.	Legitimados passivos do pleito indenizatório	73
I.1.	Entendimento dos Tribunais sobre o tema.....	74
II.	Legitimados ativos do pleito indenizatório	75
1.2.	Os acidentes de consumo e a responsabilidade civil	77
1.3.	O caráter objetivo da responsabilidade civil no âmbito das relações de consumo	79
1.4.	Os elementos da responsabilidade civil objetiva, no caso do fato do produto	81
1.5.	Defeitos do produto ou serviço	86
I.	O defeito do produto	86
II.	Tipos de defeitos do produto.....	89
III.	Alguns julgados sobre defeito do produto.....	91
IV.	Produto não defeituoso	92
V.	Defeito do serviço	93
VI.	Excludentes de responsabilidade do fornecedor por defeito do produto ou do serviço.....	94
1.6.	A responsabilidade pelos vícios do produto	98
I.	Vícios do produto ou serviço.....	98
II.	Sanções do fornecedor	101
III.	Ignorância do fornecedor quanto aos vícios	101
1.7.	A multiplicidade de responsáveis pelo acidente de consumo	101
1.7.1.	Contrato de transporte	103
I.	Transporte em geral.....	103
II.	Transporte aéreo.....	103
III.	Transporte terrestre	106
1.7.2.	Contratos de intermediação	108
1.8.	Contratos de agência e de corretagem	108
1.9.	O reconhecimento do tempo do consumidor como um bem jurídico a ser protegido	111
1.10.	Direito europeu	112
I.	Responsabilidade por defeito do produto.....	112
II.	Conformidade do produto com o contrato	114
1.11.	Conclusões.....	114
Capítulo II – Responsabilidade Civil na Prestação de Serviços Médicos e Hospitalares		117
2.1.	Prestação de serviços médicos e hospitalares	117
I.	Responsabilidade do médico	117
II.	O consentimento informado	119
III.	A perda de uma chance	122
IV.	Responsabilidade do laboratório de análises clínicas.....	124

V.	Responsabilidade do hospital	124
VI.	Solidariedade entre médico e hospital	128
2.2.	A responsabilidade subjetiva do médico e a inversão do ônus da prova	131
2.3.	Importância da perícia médica	131
2.4.	Responsabilidade do cirurgião plástico	132
2.5.	Responsabilidade do anestesista	134
Capítulo III – Responsabilidade Civil no Relacionamento Jurídico Eletrônico ...		137
3.1.	Particularidades do relacionamento jurídico eletrônico	137
3.2.	A legislação brasileira vigente sobre o comércio eletrônico	139
I.	O Decreto nº 7.962/2013	139
II.	O Marco Civil da Internet – Lei nº 12.965/2014	140
3.3.	Negócio final e negócio de intermediação por meio eletrônico	149
3.4.	Responsabilidade civil do intermediador eletrônico	153
I.	O provedor de conteúdo agindo como mero intermediário na celebração do contrato	153
II.	Provedor de conteúdo que realiza buscas de produtos ou informações ...	156
3.5.	Direito de arrependimento	158
I.	Conceituação e requisitos para o exercício do direito de arrependimento	158
II.	O direito de arrependimento no comércio eletrônico	159
III.	O direito de arrependimento do consumidor durante a pandemia do coronavírus (Lei nº 14.010/2020)	160
3.6.	Boas práticas no âmbito das relações estabelecidas em meio digital	160
3.7.	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)	161
I.	A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	161
II.	Princípios e direitos subjetivos	162
III.	Consentimento	165
IV.	Responsabilidade civil	166
3.8.	Direito europeu	166
Capítulo IV – Dano Moral		169
4.1.	Dano moral nas relações de consumo	169
I.	Introdução	169
II.	O caráter punitivo do dano moral	170
III.	Dano existencial	172
IV.	Alguns julgados sobre o tema	173
4.2.	Dano moral coletivo	185
4.3.	Cadastro de proteção ao crédito	188
I.	Introdução	188
II.	Abusos na inclusão e manutenção dos dados	190

III.	Ação revisional e os cadastros	191
IV.	Dever de comunicação ao devedor antes da inscrição.....	191
V.	Banco do Brasil e Banco Central.....	194
VI.	Dano moral.....	194
4.3.1.	Prazo de permanência do registro no cadastro.....	197
4.3.2.	Cancelamento do registro negativo	198
4.3.3.	Cadastro positivo dos tomadores de crédito	199
4.4.	Direito europeu	203
4.5.	Controle de saída de mercadorias do estabelecimento comercial	204
Capítulo V – Prescrição e Decadência.....		207
5.1.	Conceito de prescrição e decadência no Direito Civil brasileiro	207
I.	Prescrição.....	207
II.	Decadência.....	208
5.2.	Prescrição e decadência no CDC	210
5.3.	Indenização por fato do produto. Prescrição.....	210
5.4.	Particularidades da prescrição e da decadência, em matéria de responsabilidade civil, no regime do Código de Defesa do Consumidor	213
5.5.	As ações de responsabilidade civil. Os prazos legais e os prazos de garantia	215
Capítulo VI – Publicidade Enganosa e Praxes Abusivas.....		217
6.1.	A publicidade e os serviços intermediários de informação	217
I.	Introdução.....	217
II.	Princípio da identificação da publicidade	218
6.2.	Publicidade enganosa.....	219
I.	Conceituação	219
II.	Alguns julgados sobre o tema.....	222
6.3.	Publicidade enganosa e contrato de incorporação.....	230
6.4.	Responsabilidade do anunciante, da agência e do veículo de informação ...	234
6.4.1.	Responsabilidade do influenciador digital por propaganda abusiva ou por falta de informação	236
6.5.	Direito europeu.....	237

PARTE III

Capítulo I – O Código Civil e o Código de Defesa do Consumidor.....		241
1.1.	A teoria do contrato no Código Civil	241
1.2.	Concurso das regras do Código de Defesa do Consumidor e do Código Civil	244

1.3.	Boa-fé e função social no campo das relações contratuais de consumo	245
1.4.	Cláusulas abusivas no Código do Consumidor e no Código Civil	247
1.5.	Função econômica e função social do contrato	248
1.6.	Necessidade de harmonizar a função social com a função natural do contrato	251
1.7.	Uma derradeira ponderação sobre defesa do consumidor, força do contrato e estado de direito democrático	253
Capítulo II – Contratos no Código Civil e no Código do Consumidor		255
2.1.	Introito	255
2.2.	O direito e as relações econômicas	255
2.3.	O contrato e as operações econômicas	257
2.4.	Contrato e ideologia da organização econômica	258
2.5.	A ideologia do contrato no regime capitalista puro	259
2.6.	Visão atual da autonomia de vontade no plano do contrato	260
2.7.	As transformações do contrato na sociedade contemporânea	261
2.8.	A revisão contratual e a segurança jurídica	263
2.9.	A sujeição do contrato de consumo aos princípios gerais do direito contratual	266
2.10.	A função dos tribunais	269
2.11.	A boa-fé como regra de conduta e base da revisão contratual	270
2.12.	O entrelaçamento entre o equilíbrio contratual e a boa-fé objetiva	275
2.12.1.	A configuração da relação de consumo como pressuposto do tratamento diferenciado do contrato previsto no CDC....	277
2.12.2.	Associação civil. Inexistência de relação de consumo entre associado e clube social	282
2.13.	A revisão dos contratos no regime do Código de Defesa do Consumidor ...	282
2.14.	Pretensa superioridade constitucional do Código de Defesa do Consumidor dentro do ordenamento jurídico nacional	284
2.15.	Revisão do contrato desequilibrado (lesão)	287
2.16.	Cláusulas abusivas	289
I.	Introdução	289
II.	Preservação do contrato	290
III.	Declaração de ofício	291
IV.	Alguns julgados sobre cláusulas abusivas	294
2.16.1.	A abusividade da imposição do juízo arbitral	305
2.17.	Limites da indagação de abusividade do contrato	307
2.17.1.	A revisão contratual e a repressão à usura	309
2.18.	Teoria da imprevisão	310
I.	Alegação pelo consumidor	310
II.	Alegação pelo fornecedor	315

III. Alguns julgados sobre a aplicação da teoria da imprevisão em razão da pandemia do coronavírus	317
2.19. A teoria da imprevisão no Código Civil.....	320
2.20. A teoria da imprevisão no direito comparado.....	321
2.21. O contrato de adesão e seu controle em juízo	325
2.22. Alguns equívocos da jurisprudência em matéria de revisão de contratos de consumo	328
2.22.1. A ruptura unilateral do compromisso de compra e venda na jurisprudência do STJ	337
2.23. Conclusões.....	339
2.24. Direito europeu.....	342
Capítulo III – Contratos Bancários.....	345
3.1. Introdução	345
3.2. A posição do STJ acerca de inadimplemento do banco na restituição de aplicação financeira (CDB)	345
3.3. Princípios do direito dos contratos	346
3.4. A revisão do contrato na visão do direito positivo	347
3.5. Equilíbrio econômico e boa-fé.....	348
3.6. Contratos de intermediação financeira	349
3.7. O fim do contrato e a conservação do negócio	351
3.8. Resultado da revisão judicial do contrato	352
3.9. Revisão judicial de contratos financeiros	354
I. Introdução.....	354
II. Ação de revisão do contrato	355
3.10. A jurisprudência pacificada do STJ sobre revisão da cláusula de juros nos contratos bancários	357
3.11. Incidência do princípio do equilíbrio econômico e da boa-fé em contrato de aplicação financeira.....	359
3.12. Aplicação do CDC aos bancos. Jurisprudência do STJ fixada na forma de recurso repetitivo.....	362
3.13. Outras questões relacionadas com os contratos bancários enfrentadas em decisões do STJ	364
Capítulo IV – O Seguro e o Código de Defesa do Consumidor	393
4.1. Introdução	393
4.2. Noção de abusividade no contrato de consumo.....	393
4.3. O contrato de seguro e os direitos do consumidor	395
4.4. O contrato de seguro no Código Civil.....	397
4.5. O contrato de seguro não é aleatório, como outrora se pensava.....	399
I. Introdução.....	399

II. Seguro de vida em grupo	400
III. Seguro de vida individual	403
IV. Prescrição	406
4.5.1. Responsabilidade da seguradora	407
4.5.2. Interpretação de contrato de seguro e responsabilidade da seguradora	408
I. Introdução.....	408
II. Interpretação mais favorável ao consumidor	409
III. Seguro de dano	412
IV. Seguro de pessoas.....	412
4.6. A jurisprudência sobre a não renovação do seguro de vida em grupo	413
4.7. Previdência privada.....	417
4.8. Conclusões.....	419
4.9. Alguns julgados sobre seguro	419
Capítulo V – Planos de Saúde.....	425
5.1. Aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor	425
5.2. Limitações nos planos.....	429
5.3. Reajustes	431
5.4. Cobertura	433
I. Extensão da cobertura, para abranger procedimentos interligados ao tratamento.....	433
II. Cobertura para incluir tratamento clínico experimental ou medicamento não registrado na ANVISA	435
III. Cobertura mínima	438
IV. Cobertura de procedimentos mais modernos	438
V. Cobertura dos materiais e meios necessários ao melhor desempenho do tratamento	439
VI. Cobertura de procedimentos solicitados por médicos não conveniados...	439
VII. Reembolso de despesas com tratamento realizado em clínica não credenciada.....	440
VIII. Rol de procedimentos mínimos a serem cobertos elaborado pela ANS.....	441
5.5. Indenização	444
5.6. Permanência no plano	448
5.7. Outras questões relacionadas com os planos de saúde enfrentadas em decisões recentes do STJ e de outros tribunais	451
Capítulo VI – A Incorporação Imobiliária e o Código de Defesa do Consumidor	471
6.1. O Código de Defesa do Consumidor e a regulamentação dos contratos pelo direito privado tradicional.....	471

6.2.	Os contratos imobiliários e o Código de Defesa do Consumidor	473
I.	Introdução.....	473
II.	Contrato de administração	474
III.	Contrato de locação	475
IV.	Contrato de incorporação.....	476
V.	As relações entre o adquirente e o serviço notarial	477
6.3.	O negócio jurídico da incorporação	478
6.4.	A solução para o inadimplemento do adquirente da unidade autônoma	481
I.	Realização do leilão, previsto no art. 63 da Lei nº 4.591/1964	481
II.	A resolução do contrato por inadimplemento do adquirente, em face da Lei n. 13.786/2018.....	486
6.5.	Impossibilidade da restituição pela construtora/incorporadora da integralidade das prestações pagas pelo inadimplente.....	489
6.6.	A correção do critério eleito pelo art. 63 da Lei de Incorporação.....	493
6.7.	O que, na incorporação, se submete ao CDC.....	495
6.8.	Condutas consideradas abusivas pela jurisprudência	499
I.	Cobrança de taxa de corretagem e taxa SATI	499
II.	Alienação fiduciária em garantia instituída pela construtora após a quitação da unidade habitacional	501
III.	Redução de taxa condominial em favor da construtora	502
6.9.	Prescrição	503
6.10.	Alguns julgados sobre o tema	504
6.11.	Direito europeu.....	510
6.12.	Conclusões.....	512

PARTE IV

Capítulo I – Questões Processuais nas Ações do Consumidor	517
1.1. Competência	517
1.1.1. Foro de eleição em contrato de consumo	518
1.2. Inversão do ônus da prova.....	520
1.2.1. O caráter excepcional da inversão do ônus da prova	521
1.2.2. O reequilíbrio entre consumidores e fornecedores.....	523
1.2.3. As provas diabólicas ou impossíveis no sistema geral do processo	524
1.2.4. O momento processual da inversão do ônus da prova.....	527
1.2.5. Inversão por ato do juiz e inversão <i>ex lege</i>	530
1.2.6. Conclusões	531

1.3.	A desconsideração da personalidade jurídica nas ações de responsabilidade civil.....	532
I.	Introdução.....	532
II.	Procedimento	536
III.	Decadência	537
1.4.	Denúnciação à lide	539
1.5.	Dispensa de advogado nas ações do juizado especial.....	541
1.6.	Legitimidade do Ministério Público para ajuizar ação civil pública individual como substituto processual	541
Capítulo II – Os Poderes do Juiz na Concretização do Direito		543
2.1.	Direito e substância.....	543
2.2.	Direito e outras normas de comportamento social.....	544
2.3.	Do autoritarismo ao estado de direito	545
2.4.	O juiz revela e aplica o direito <i>in concreto</i>	546
2.5.	A arte de julgar.....	548
2.6.	Limites da atividade criadora do juiz.....	550
2.7.	A incompatibilidade do <i>judge made law</i> com a sistemática de nosso direito fundamental.....	552
2.8.	Aplicação de “cláusulas gerais” pelo juiz.....	553
2.9.	Conclusões.....	554
Capítulo III – Ação Coletiva de Direitos do Consumidor.....		559
3.1.	As ações coletivas.....	559
I.	Histórico.....	559
II.	Direito material coletivo e direito processual coletivo	561
III.	Ações coletivas possíveis após o CDC	562
IV.	Direitos individuais homogêneos	562
V.	Direitos difusos e coletivos	562
VI.	Procedimento único	563
3.2.	Condições da ação	565
3.3.	Legitimidade <i>ad causam</i>	566
3.4.	A legitimidade de parte nas ações do Código de Defesa do Consumidor....	568
I.	Introdução.....	568
II.	Possibilidade de intervenção do consumidor em ação coletiva	570
III.	Legitimidade do condomínio de adquirentes de edifício em construção.....	574
IV.	Sucessão do autor por outro colegitimado	574
3.5.	O Ministério Público e as ações coletivas.....	576
I.	Direitos individuais homogêneos	576
II.	Direitos individuais indisponíveis	581

3.6.	A ação coletiva intentada por associação civil.....	582
I.	Introdução.....	582
II.	Defesa dos direitos coletivos e dos individuais homogêneos.....	587
III.	Defesa coletiva de direitos dos associados.....	587
IV.	A associação e a ação civil pública	588
V.	As decisões do STF e do STJ a respeito da legitimidade das associações.....	588
VI.	Ações coletivas promovidas por sindicatos	592
3.7.	As associações e os direitos difusos.....	593
3.8.	O requisito da pré-constituição da associação civil	594
3.9.	Legitimidade da defensoria pública para ajuizar ação coletiva	597
3.10.	Conceito de interesses e direitos individuais homogêneos	601
3.11.	Limite territorial da sentença e sua publicidade.....	602
3.11.1.	Divulgação da sentença coletiva.....	605
3.12.	Coisa julgada	606
	Capítulo IV – Tutela Provisória em Ação Civil.....	609
4.1.	Introito	609
4.2.	Processo e constituição	609
4.3.	A garantia do devido processo legal.....	611
4.4.	A ação civil pública.....	612
4.5.	A Lei nº 7.347/1985	614
4.6.	A ação cautelar movida pelo Ministério Público contra as administradoras de consórcio.....	615
4.7.	Violação dos princípios da tutela cautelar.....	616
I.	Notícia sobre as medidas provisórias de urgência no CPC/2015	616
II.	O caso em análise.....	617
4.8.	Impossibilidade de transformar a ação cautelar inominada em inquérito para devassa na atividade empresarial dos demandados	622
4.9.	Síntese geral.....	624
4.10.	Conclusões.....	626
	Capítulo V – Execução em Ação Coletiva	627
5.1.	Execução de sentença coletiva	627
5.2.	Execução da sentença de ação coletiva intentada por meio de associação	630
5.3.	Execução da sentença de ação coletiva promovida por sindicato.....	632
5.4.	Execução coletiva por sindicato. Posição consolidada do STF e do STJ ...	633
5.5.	Execução da sentença da ação civil pública relativa a direitos individuais homogêneos em geral	634

5.6.	Execução da sentença coletiva pelos legitimados, quando não houver habilitação de interessados em número compatível com a gravidade do dano	635
5.7.	Mora na ação coletiva sobre direitos individuais homogêneos	637
Capítulo VI – As Ações de Responsabilidade Civil do Fornecedor de Produtos e Serviços		639
6.1.	Noção de ação de responsabilidade civil	639
6.2.	Ações individuais e ações coletivas	639
6.3.	Reparação por vício de produto	641
Capítulo VII – A Disciplina Substancial e Processual do Superendividamento do Consumidor		643
7.1.	Da prevenção e do tratamento do superendividamento do consumidor	643
I.	Introdução.....	643
II.	Dever de informação, regulação da publicidade e proibição de assédio...	644
III.	Superendividamento.....	646
IV.	Dívidas abrangidas pela lei	646
V.	Conexão entre contratos	647
VI.	Práticas abusivas.....	647
VII.	Procedimento traçado pela lei.....	647
VIII.	Incentivo à instituição de Núcleos de Conciliação e Mediação de Conflitos oriundos de superendividamento (Recomendação/CNJ nº 125, de 24/12/2021).....	649
7.2.	Superendividamento do consumidor e insolvência civil.....	650
<i>Bibliografia.....</i>		651